

MULHERES E DITADURA: A TRAJETÓRIA DE ISABEL TAVARES DA CUNHA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A DEMOCRACIA, FEMINISMO E OS DIREITOS HUMANOS NO PARÁ.

Rosinda da Silva Miranda
Universidade Federal do Pará
mirandarosinda80@gmail.com

Resumo

O presente artigo visa através do método biográfico e história do tempo presente, registrar e discutir o protagonismo feminino na luta por Direitos Humanos na Amazônia no período da Ditadura Militar. Nesse contexto, busca-se entender a participação das mulheres na sociedade como sujeitos da história. Para tanto, traçou-se como objetivo, investigar as memórias da trajetória de Izabel Marques Tavares da Cunha (Iza Cunha) e sua atuação na política partidária, nos movimentos sociais e principalmente seu engajamento feminista na busca de promoção e garantia dos Direitos Humanos na Amazônia. Ela foi historiadora, ativista do movimento feminista, organizou o MMCC (Movimentos de Mulheres do Campo e da Cidade) e SDDH (Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos), foi presa e torturada em 1971. Ajudou na luta pelas ações populares e ao final de sua vida ficou reclusa. Segundo fontes orais, isso aconteceu devido à sua separação conjugal, perseguição política e a grave doença que a levou morte em 2002. Diante das possibilidades que a biografia proporciona à pesquisa histórica, percebe-se o quanto a história de vida pode ser importante para a interpretação de um determinado contexto histórico e suas variadas perspectivas de análises.

Palavras-Chave: Iza Cunha. Ditadura Militar. Biografia.

1 Introdução

O presente artigo visa narrar partes da trajetória de Izabel Marques Tavares da Cunha (Iza Cunha) que foi historiadora e uma importante ativista do movimento feminista, da defesa dos Direitos Humanos e da democracia no Estado do Pará. A historiadora comunista e feminista que se manifestava contra a Ditadura Militar no Pará, foi presa e torturada juntamente com seu esposo Humberto Cunha, porém não se intimidou e continuou a luta por uma sociedade justa e da paz.

O contexto histórico da política brasileira da década de 1960 apresentou um cenário conturbado deixando de ser democrático, após o golpe militar de 1964. Esse

contexto não está dissociado da política mundial que vivia a Guerra Fria na disputa entre comunistas que acompanham os ideais marxistas, através da União Soviética (URSS) com uma militância de esquerda e os capitalistas liderados pelos Estados Unidos da América do Norte (EUA) com militância de direita. O medo de que o Brasil se tornasse comunista foi significativo para o Golpe, pois nos Estados Unidos se implementou a ideia de que o Brasil era “‘um barril de pólvora’ que ao explodir do Nordeste ao Sul, vai espalhar estilhaços contagiantes pela América do Sul inteira”, Tavares (2014, p.247) As contradições políticas vividas internamente pelas forças armadas em função da Guerra Fria, com forte pressão por parte dos simpatizantes dos EUA, também corroboraram com o golpe e proporcionou aos militares de esquerda prisões disciplinares ao se engajarem em movimentos em defesa da soberania nacional.

Para Tavares (2014) o Golpe estava organizado, porém não teria dado tão certo se não contasse com a organização, conspiração e os recursos disponibilizados pelos EUA. O Golpe de 64 sofreu resistência por parte de grupos políticos de oposição e naturalmente os militares começaram a querer expurgar de qualquer forma os seus adversários e passaram a perseguir pessoas opositoras ao regime, pois era produto da Ditadura, a Segurança Nacional, inspirada nos Estados Unidos, cuja ideia era a “manutenção da ordem social e no controle e vigilância permanente a grupos considerados subversivos e o apoio das elites e da imprensa foi fundamental para o autoritarismo” Amorim; Silva (2015, p.01). Entre os opositores da Ditadura estavam: trabalhadores do campo e da cidade, moradores da periferia, sindicatos, políticos de esquerda – foram perseguidos, torturados, mortos e exilados.

Esses que foram perseguidos lutaram nos processos de democratização do Estado e da sociedade e havia um pensamento em torno dos Direitos Humanos, defendendo a ampla defesa da dignidade humana através da justiça social com amplo debate entre igualdade e diferença. Portanto, esse período ficou marcado pelas lutas em favor dos direitos sociais, políticos e humanos. Iza Cunha juntamente com Humberto Cunha, Hecilda Veiga e Paulo Fonteles, entre outros, procuraram desenvolver um trabalho relacionado à luta pelo direito a terra, por igualdade, liberdade política e de denúncia dos crimes cometidos pelos militares através das torturas e assassinatos contra estudantes, políticos, profissionais, militantes e a população em geral. Entre os

principais benefícios gerados por esse grupo, destaca-se a formação da Sociedade de Direitos Humanos, a luta pela posse de terra e organização de movimentos sociais.

O cenário que se apresenta nesse período foi de profundas transformações sociais ocorridas no Brasil. Os militares lançaram políticas com o objetivo de integrar a região amazônica ao restante do país e com isso surgiram os grandes projetos integração, como os agropecuários e de mineração, estimulando um fluxo migratório da população brasileira, o que ocasionou em grandes conflitos agrários e mortes na luta pela posse da terra, por esse motivo, nesse período, vários movimentos surgiram e se organizaram na luta por Direitos Humanos.

Para Silva (2005) esses acontecimentos fizeram com que a Igreja Católica e alguns protestantes se reunissem formando o Movimento Ecumênico de Luta pela Questão do Campo e principalmente pela Libertação dos Presos do Araguaia, o que deu origem ao MLPA (Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia). E nessa busca por justiça através de uma ação libertadora e ecumênica, na sua opção clara pelos deserdados da terra e espoliados pelo sistema, apareceu o protagonismo de duas mulheres e que se tornou decisivo para a história dos movimentos populares no que diz respeito aos Direitos Humanos no Pará, foram elas: Hecilda Veiga e Isabel Cunha. Esse processo levou ao que seria o movimento embrionário do que vem a ser posteriormente a Sociedade Paraense em Defesa de Direitos Humanos (SPDDH), conforme relato abaixo:

Isabel e Hecilda – especialmente as duas – começaram a se mexer, sensibilizando gente da Igreja, da Universidade e do Banco da Amazônia. Eram poucos. A primeira reunião, na Igreja da Conceição, contava, além de Isabel e Hecilda, com a presença dos padres Davi Laredo e José Ribamar, e de dois professores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Jean Hebette e Rosa Acevedo. Aos poucos o grupo foi aumentando: Mateus Oterloo e Ubiratan Moraes Diniz, da Federação de Assistência para órgãos educacionais (FASE), Humberto Cunha; João Marques, vereador do MDB; Edmundo e Graça Parente, Nazareno Noronha, Édson Roffé Borges Borges e Hélio Mairata do recém criado Instituto dos Economistas do Pará. Daniel Veiga, engenheiro; Sá Pereira, antigo militante do Partido; Paulo Fonteles e José Otávio Pires, do movimento Alternativa. Atingido o objetivo inicial - ajudar os posseiros da Fazenda Capaz com roupas e alimentos para as famílias - o grupo começava a discutir a viabilidade de uma ação permanente capaz de dar repostas imediatas frente às frequentes violações à cidadania. (CARVALHO, 1994, apud, SILVA, 2005, p. 104)

Conforme o autor supracitado, essa mobilização possibilitou a formação de um comitê informal de defesa dos Direitos Humanos para em 1977 ser fundada a SPDDH. Essa fundação reuniu instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Comissão Pastoral da Terra – CPT, além da presença da ala progressista da Igreja Católica no Pará. O advogado Paulo Fonteles (assassinado em 1987) foi seu primeiro presidente, este vislumbrava uma entidade com forte presença nas lutas ideológicas. A SPDDH teve e tem grande importância nas lutas sociais na Amazônia, através de sua resistência e solidariedade ecumênica.

Portanto, diante dos fatos históricos que narram a motivação e o impulso para a criação da SPDDH, percebe-se a forte presença feminina, entretanto, notou-se claramente o silêncio com relação a participação das mulheres, ou quando são citadas se dá de forma muito efêmera e coadjuvante da liderança masculina. Todavia, quando em eventos que refletem sobre Direitos Humanos, elas são lembradas através da oralidade como símbolo de luta e resistência. Como é caso de Izabel Cunha, Hecilda Veiga¹ que em outros momentos se juntam ao de Rosa Marga Hothe² e Doroty Stang³.

¹ Hecilda Veiga – Cientista Social, Professora da Universidade Federal do Pará, foi casada com Paulo Fonteles, Advogado, sindicalista e político que lutava pelas questões agrárias pela posse da terra e foi assassinado em, 11 de junho de 1987. Ambos sofreram a repressão da ditadura militar e foram presos. Ela estava grávida de seu primeiro filho – Paulo Fonteles Junior¹ foi político de Belém pelo Partido Comunista do Brasil, o qual nasceu nos porões da ditadura militar. Foi julgada e condenada a um ano de reclusão e Paulo Fonteles a um ano e oito meses. Fonte: Blog Paulo Fonteles Filho. Disponível em <www.blogdo.paulofontelesfilho.com.br>. Acesso em 20 de julho de 2019.

² Marga Rothe foi ordenada Pastora em 1981 e ajudou a fundar a Paroquia de Confissão Luterana em Belém (PCLB, 1985). Ela participou de várias frentes feministas entre 1981 e 1984, militou em no Movimento pela Libertação dos presos do Araguaia (MPLA) se tornou também a primeira ouvidora do sistema Estadual de Segurança Pública do Pará, desde a década de 1990 até 2005². Integrou a Campanha Estadual Contra a Tortura, em dezembro 2004, e recebeu o Prêmio Direitos Humanos da Presidência da República, na categoria “Segurança Pública”, em, 10 de dezembro de 2008, pela comemoração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os 20 anos da Constituição Brasileira, outro prêmio dedicado a ela foi o Prêmio José Carlos Castro, dado pela Ordem dos Advogados do Brasil - seção Pará.

³ Dorothy Stang ou Irmã Dorothy. Era natural do EUA, naturalizada brasileira. Pertencia a congregação religiosa Irmãs de Nossa Senhora de Namur. A religiosa participava da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) desde a sua fundação e acompanhou com determinação e solidariedade a vida e a luta dos trabalhadores do campo, sobretudo na região da Transamazônica, no Pará. Defensora de uma reforma agrária justa e conseqüentemente, Irmã Dorothy mantinha intensa agenda de diálogo com lideranças camponesas, políticas e religiosas, na busca de soluções duradouras para os conflitos relacionados à posse e à exploração da terra na Região Amazônica. A Irmã Dorothy Stang foi assassinada, com sete tiros, aos 73 anos de idade, no dia 12 de fevereiro de 2005, às sete horas e trinta minutos da manhã, em uma estrada de terra de difícil acesso, a 53 quilômetros da sede do município de Anapu, no Estado do Pará, Brasil .Fonte: Canção Nova. Disponível em: <<https://noticias.cancaonova.com>>. Acesso em 20 de julho 2019.

Dessa forma, percebe-se um conflito na relação entre o registro escrito e os depoimentos orais quanto a esse protagonismo na luta por Direitos Humanos. O que remete a necessidade de se abordar a partir dos pressupostos históricos do tempo presente devido as principais fontes se encontrarem na oralidade.

No caso das mulheres que sofreram com o silenciamento em relação ao seu protagonismo, a história do tempo presente ajuda a problematizar, a discutir e ampliar a questão da visibilidade das ações das mulheres como agentes históricos de transformação social, e passa a discutir também o reconhecimento de sua participação política fora do ambiente doméstico, mostrando capacidade de assumir papéis em todos os âmbitos da sociedade, e com isso desenvolver seu protagonismo nas lutas políticas.

Portanto, para estudar a sociedade brasileira, paraense e as mulheres como sujeitas e agentes históricos transformadoras da sociedade, traçou-se como objetivo principal deste artigo investigar as memórias da trajetória de Izabel Marques Tavares da Cunha e sua participação na política partidária, nos movimentos sociais e principalmente seu engajamento feminista e a busca de promoção e garantia dos Direitos Humanos na Amazônia.

2 FEMINISMO E IZA CUNHA.

Iza Cunha, não foi uma mulher que se silenciou, visto que pensava no coletivo e agia através dele fomentando os debates a partir dos marcadores sociais da diferença, como classe e gênero, embora em sua época as questões de gênero ainda fossem pouco discutidas, pois estavam surgindo nesse momento, ou seja, o que estava em pauta eram o feminismo e a história das mulheres. A necessidade de ver as mulheres organizadas lutando por seus objetivos era latente e necessário, o que levou Iza Cunha junto com outras mulheres a organizarem a fundação de movimentos como o MMCC (Movimentos de Mulheres do Campo e da Cidade) e SDDH (Sociedade Paraense em defesa dos Direitos Humanos).

Izabel ou “simplesmente Iza” ou Maria como ficou conhecida por seus pares na clandestinidade das lutas pelas ações populares de resistência à Ditadura militar, foi bem ativa na política partidária, se tornou referência nos movimentos sociais, porém no

final de sua vida ficou reclusa. Segundo fontes orais, essa reclusão estava relacionada à sua separação conjugal com Humberto Cunha e a grave doença que a levou morte em 2002.

Iza começa seu ativismo político no protestantismo quando era membro da Igreja Presbiteriana, o que a levou a sair do estado do Pará para estudar no SEC (Seminário de Educação Cristã) em Recife/Pernambuco. Integrou AP (Ação Popular) durante seu período de militância. No entanto, nos últimos dias de sua vida estava longe da militância e viveu seus momentos finais na Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Ela trabalhou em cursos populares formando liderança de mulheres e homens no IPAR (Instituto Pastoral Regional), no feminismo ela também ajudou a formar líderes mulheres, por esse motivo dada a sua importância, a colunista e pesquisadora Maria Luzia Miranda Alvares por ocasião de sua morte escreve:

Para tratar de uma mulher da estatura histórica dessa mulher, simplesmente Isa, para muitas de nós, feminista e militante pelos Direitos Humanos, atuando desde os tempos mais graves da vida pública e política brasileira, o termo “anjo” no feminino tem um significado maior do que as explicações de dicionários que consideram essa figura ”um “ser espiritual das teologias cristã, hebraica e islâmica que serve como mensageiro entre Deus e os homens”. A inferência de gênero sobre essa “criatura espiritual” extraída da cultura religiosa tende a repercutir no que conheço da trajetória pessoal de uma mulher que só “desceu aos céus” para fazer a mediação porque a inexorabilidade da espada da Morte definiu-se pelo dia da colheita conforme as dimensões de falência orgânica de seu corpo. Mas deve fazer por lá sua revolução particular, se depender dela⁴.

A geração de Iza Cunha – através dos ideais marxistas – acreditava na mudança da sociedade e isso lhes impulsionou a motivar outras pessoas a também fazer o mesmo. O desejo de ter uma sociedade justa e igualitária fazia com que lutassem por pessoas que não conheciam ou se quer tinham “consciência de classe”. Porém, embora não tivessem a consciência da exploração tinham necessidades reais, como o desejo de ter terra para plantar, no caso do trabalhador rural, obter direitos iguais aos homens, no caso das mulheres e para ambos terem suas vidas garantidas como bem inalienável era

⁴ Texto publicado em “O Liberal”, coluna Panorama, em setembro de 2002. Maria Luzia Miranda Álvares é Doutora em Ciência Política, Coordenadora do GEPEM/UFPA, Coordenadora Regional do OBSERVE. e uma das pioneiras dos estudos de mulher e gênero, no Pará, desenvolvendo trabalhos sobre a temática feminismo, mulher e gênero, com incursões sobre o entrelaçamento das representações socioculturais nas estruturas de poder.

fundamental. Essas histórias que estão na encruzilhada da vida da nossa personagem principal, é o que torna a narrativa da vida de Izabel singular e representativa, devido a pluralidades de contextos e frentes de lutas pelas quais ela participava o que ratifica a importância desses fatos para a historiografia da Amazônia.

Haja vista que, concomitante com o golpe estava acontecendo a própria luta das mulheres no Brasil e no mundo através do feminismo que eclode na década de 60 a 70 nos Estados Unidos e na Europa. Para Pinto (2004) a origem do feminismo nos Estados Unidos se dá em virtude do enfraquecimento do sonho americano popularizado no *american way of life*⁵, os responsáveis pelo fim desse mito foram a guerra da Coreia e do Vietnã. Essas guerras e o conflito racial mostraram toda a fragilidade da sociedade americana como o lugar certo para se obter felicidade. Já na Europa, o mito do sonho da revolução socialista perde força devido a revelação dos crimes stalinistas, isso fez com que o socialismo perdesse força para derrotar o capitalismo.

Nesse contexto surgem vários movimentos sociais que puseram em xeque os valores conservadores da organização social norte americana, desafio que se gerava em torno da hierarquia e poder das mulheres no âmbito do público e do privado. Nesse período acontece também publicação do livro *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir e a queima de sutiãs em praça pública, portanto, nesse cenário nasce o novo feminismo do mundo ocidental.

O Golpe militar de 1964 e todo o seu contexto de repressão e morte foi na contramão da Europa e dos Estados Unidos, onde o clima era de grande efervescência política, revolução de costumes e radical renovação cultural. Porém, mesmo nessa turbulência em que vivia o Brasil anterior à década de 1970 e primordialmente nesse período surgiu e se desenvolveu o movimento feminista que se espalhou pelo País.

O posicionamento de Iza sobre as mulheres e suas condições de sujeitos na sociedade foi exposto através de um artigo escrito por ela ao *Jornal Resistência*⁶ (1981),

⁵ Traduzido por “Estilo de Vida Americano”.

⁶ O *Jornal Resistência* fez parte da imprensa alternativa do Estado do Pará. Que acordo com Pinheiro (2019, p.122) ele “surge, assim, como jornal político e de oposição ao regime militar autoritário - essa era sua principal marca, encampando uma linha editorial de denúncia das mazelas sociais e práticas

pela passagem do dia 8 de março dia internacional da mulher, intitulado “A luta das mulheres não é contra os homens. É contra o sistema”. Nesse texto ela fala, entre outras coisas, sobre monogamia e família, dizendo que a propriedade privada trouxe modificações na forma de convívio entre as pessoas da casa, portanto ela seria uma invenção burguesa. Sua principal referência seria Friedrich Engels e sua obra “A origem da Família da Propriedade Privada e do Estado”. Ela falava portanto, da monogamia e a subalternidade da mulher, porém defende que é necessário deixar bem claro que a luta das mulheres não seria contra os homens, mas sim, contra o sistema que dava aos homens a visão de “senhor, patrão, marido” e também contra o autoritarismo encontrado no lar baseado na propriedade privada. Nesse sentido ela defende que era necessário à participação das mulheres contra a velha estrutura de dominação, ou seja, eram chamadas a participar na construção de uma sociedade nova, onde seria possível para elas encontrarem novas formas de vida que pudessem lhes satisfazer como pessoa.

Iza declarou que é preciso deixar claro para homens e mulheres que nenhuma sociedade nova se faz sem a participação das mulheres que, portanto, este seria o passo para a participação da mulher na política. Para ela era importante a emancipação e autonomia das mulheres, para que elas fossem integradas aos meios de produção, mas não só isso, Iza falou também em questões afetivas e liberdade sexual das mulheres de forma que elas pudessem ser amadas e conhecer o prazer sexual. Isto é, as mulheres precisavam ser reconhecidas como sujeitos em todos os âmbitos de suas vidas, pois elas correspondiam a metade da população, que inclusive não seria possível pensar uma transformação da sociedade sem a ajuda delas.

3 DOS PORÕES DA DITADURA AOS DIREITOS HUMANOS

Ao narrar a história de vida de Iza Cunha está se falando desse cenário vivido por ela e por seus contemporâneos comunistas e como se organizavam em movimentos sociais e instituições seculares e religiosas com o objetivo resistir à ditadura e pelo retorno da democracia no Brasil. Iza fez resistência ao governo militar ao ponto de ser

autoritárias cujas responsabilidades eram atribuídas aos governos da ditadura militar, se lançando numa arena onde os significados estavam constantemente em negociação e em disputas”.

presa e torturada juntamente com seu esposo Humberto Cunha, também militante comunista.

Iza conta as páginas do jornal Resistência (1981), que no dia 30 de dezembro de 1971, fora sequestrada por policiais que pertenciam ao DOI-CODI de Belo Horizonte. Os militares conseguiram as fotos dela e de seu marido Humberto Cunha e seguiram a busca dos mesmos pelos bairros da cidade de Contagem, Minas Gerais, os procuravam dizendo ou que eram amigos, ou mal pagadores, ou terroristas, com o intuito de depreciar a imagem deles na vizinhança.

Ela estava preparando o jantar, quando dois rapazes chegaram a procurando oferecendo emprego como vendedora de livros, eles já sabiam que ela estava desempregada, pois havia pedido demissão e ia viajar para outra cidade porque os sequestros haviam começado no início de dezembro e seus companheiros já estavam sofrendo as mais brutais torturas nos porões dos órgãos repressores (DOI-CODI). “os verdugos”, como chama Iza, invadiram sua residência ameaçando-os e procurando armas, pois achavam que lá era um aparelho subversivo. Ela conta que ficaram com armas na cabeça e após ser presa, ficou com a roupa do corpo durante 3 meses e que todas as suas roupas, móveis e utensílios foram saqueados pelos policiais que vigiaram sua casa durante 8 dias.

Ao chegar no DOI-CODI, os torturadores já estavam a sua espera no 3º andar do DOPS. Seu marido, conta ela, foi imediatamente torturado e era possível ouvir seus gritos enquanto recebia choques elétricos. Ela ficou durante 24 horas em uma sala, onde se revezavam, interrogando e ameaçando-a com uma pequena máquina de choque e com o “telefone”. À meia noite ela foi transferida para a 5ª companhia, onde ficou até abril de 1972. Iza relata também o que chama de “sessão tortura”.

No dia 30/12/71, bem cedo, fui levada para o CODI. Começara ‘sessão’. Tiraram minha roupa e, despida, fui torturada com choques elétricos, tapas, “telefone” (tapas no ouvido com as mãos em forma de concha), socos. Essa sessão como dizia um médico, “sessão espírita” se estendeu não sei bem até que horas. (RESISTÊNCIA, 1981, p.7)

Nessa matéria, ela continua dizendo que voltou várias vezes ao DOI- CODI para ser torturada psicologicamente e fisicamente, com choques elétricos que se espalhavam por todo o corpo. Foi torturada ainda com pau de arara e sofreu nas mãos do sádico Dr. Sócrates. O depoimento dela segue com riquezas de detalhes sobre a tortura, no entanto

ela encera dizendo: “Apesar de tudo isso, continuo achando o mesmo que achava: que o povo tem o direito de ter melhores condições de vida lutando por todas as formas ao seu alcance inclusive contra a lei, quando ela favorece apenas aos poderosos”(p.8).

Iza emagreceu 43 quilos, em outubro de 1972 teve sua prisão revogada pelo Supremo Tribunal Militar (STM). Voltando então a ser chamada em novamente em outubro de 1973 em Juiz de Fora para o julgamento. Nesse período estava grávida de dois meses e teve pena de 6 meses decretada, porém, havia passado 10 meses de reclusão, então já estavam sobrando 4 meses e foi então que retornou a Belém. Porém, seu marido continuou preso por mais 3 meses e meio para cumprir a sua condenação que havia sido de 18 meses. Mas esses acontecimentos não lhe intimidaram, pelo contrário, lhe fortaleceram e fizeram com que ela, juntamente com outras mulheres e homens, fundassem a Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos (SDDH).

A discussão sobre Direitos Humanos, Costa e Nunes (2016) colocam em debate uma série de questões como: gênero, orientação sexual, raça/etnia, nacionalidade, dentre outras. Esses temas precisavam e precisam ser discutidos pela sociedade civil organizada através das universidades e de instituições que promovam programas e ações, a exemplo das ONGs e dos movimentos sociais.

Os autores acima levantam que as questões relacionadas a Direitos Humanos vinham sendo gestadas de forma limitada no meio de uma sociedade civil brasileira historicamente demarcada por forças conservadoras, a exemplo dos militares quando tomaram o poder a partir de 1964. Com a abertura política por meio da redemocratização consolidada através da constituição de 1988, agiganta esse debate a partir dos anos de 80 e 90, razão pela qual a constituição foi cognominada de constituição cidadã.

Pois, observa-se a partir dos testemunhos apresentados na Comissão Nacional da Verdade⁷, que no período da Ditadura Militar o próprio Estado que deveria garantir os

⁷ Consultar. A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Conheça [...] a lei que criou a Comissão da Verdade e outros documentos-base sobre o colegiado. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela medida provisória nº 63. Disponível em <<http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>>.

direitos, encabeçava políticas de violação desses direitos, fazendo com que a própria sociedade civil organizada em movimentos ligados a ideais progressistas, socialistas em busca de liberdade e igualdade fosse perseguida, torturada e silenciada, ou seja, quem se mostrava oposição aos militares tinham seus direitos ameaçados.

Portanto, biografar a vida de Isabel Tavares da Cunha é mais do que contar a sua história, é olhar de outro ângulo a história da Amazônia Paraense, do Brasil e quiçá do mundo, só que dessa vez com as fontes voltadas para reforçar o feminino na história e suas peculiaridades no espaço público entrelaçado com o privado.

4 O SILENCIAMENTO DAS MULHERES

Posto que haja um silêncio na história com relação à participação das mulheres nos espaços públicos isso é notório, o que de acordo com Perrot (2012) são três os motivos que contribuem para a invisibilidade feminina diante da história: Em primeiro lugar as mulheres atuaram em famílias, confinadas em casa ou no que serve essa casa, passando pela invisibilidade e em muitas sociedades, essa falta de visibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem coisas. As mulheres causam medo, desordem, indecência, sedução e transgressão. O seu corpo amedronta, por isso é preferível que esteja coberto, não possuem sobrenome, têm apenas nomes e estão primeiro ao lado ou para fora com as crianças. Ou seja, a imagem das mulheres se torna pejorativa à sociedade. Em segundo lugar o silêncio pode estar relacionado às fontes, pois as mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais, porque tiveram acesso à escrita tardiamente, elas mesmas não têm interesse por seus vestígios, pois afinal são apenas mulheres e o seu pudor se estende à memória.

E o terceiro e maior silêncio da história das mulheres é o do relato, outrora foi idealizada, haja vista que os homens escreviam essas histórias. O conto de fadas é um exemplo da estrutura de um modelo ideal do feminino, sempre frágil e passivo em detrimento do príncipe viril e ativo.

Portanto essas histórias precisam ser registradas como memórias pelas próprias mulheres com menos idealização e mais precisão, onde os cotidianos do público e do privado se entrelaçam e isso se dá a partir da participação das mulheres na área científica e profissional.

O advento da história das mulheres deu-se na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos nos anos 1960 e na França uma década depois. Diferentes fatores imbricados – científicos, sociológicos, políticos – Concorreram para a emergência do objeto ‘mulher’, nas ciências humanas em geral e na história em particular. Faço aqui uma breve evocação. (PERROT, 2012, p.19)

Procurar vestígios femininos nas fontes escritas e também incitar esse olhar sobre ótica feminina deixado na história, como elas pensavam as singularidades das demandas específicas de sua época estimula outra interpretação da história, diferente daquela já em circulação, uma nova escrita e um novo olhar, sobre as fontes também fará repensar a própria interação das relações de gênero e os aspectos da naturalização biológica do ser homem e mulher. Como em outro momento fora feito quando se levantou a possibilidade na elaboração de uma proposta de releitura da história no feminino, incluindo a categoria gênero como categoria de análise, pois para Scott (1995, p. 3),

Na gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem relação entre categorias que permitem distinções ou agrupamentos separados.

O termo gênero para a autora supracitada pode ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter social das diferenças baseadas no sexo, então ela passa a rejeitar o determinismo biológico presente nos termos “sexo” e “diferença sexual”. O gênero também em sua origem estava relacionado aos estudos femininos de forma isolada, mas diante da necessidade de estudar os dois gêneros eles podiam ser compreendidos de forma separada, porém se interessando tanto pela história dos homens quanto das mulheres com objetivo de entender a importância dos sexos e dos grupos de gênero no passado histórico. O gênero também na visão de Scott se tornou importante, pois era um termo proposto por quem defendia que a pesquisa sobre mulheres transformaria os padrões no seio de cada disciplina, e defende ainda que,

As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente. ‘Aprendemos’, escreviam três historiadoras feministas, que inscreve as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história. (SCOTT, 1995, p. 3).

Diante dessa questão uma nova história das mulheres precisa ser construída, e pode ser verificado a partir da luta pela conquista e garantia dos direitos das mulheres, porém, ela não se dá de forma isolada, o que se torna motivo de discussão para a própria construção da história das mulheres, ou seja, o processo de reconhecimento da mulher enquanto ser humano.

Portanto, quando as ações femininas passam a ser lembradas, as memórias prevalecerão, com o exercício de contextualizar no presente algo que foi vivido no passado. Conforme Ricoeur (2007) no sentido de esquecimento e lembrança e Halbwachs (2003) fomentando a memória coletiva, pois esta ajuda, encoraja e inspira mulheres e homens a olharem as mulheres não como vítimas ou coadjuvantes, mas como sujeitos e protagonistas, ou seja, empoderadas. Termo este muito discutido e usado quando se trabalha com a inclusão das mulheres em algum segmento da sociedade, como na economia, política, educação, saúde e bem estar, entre outros.

Para Lisboa (2008) o empoderamento altera os processos e as estruturas que reproduzem a posição da mulher como submissa, dessa forma, para as relações de gênero ele se torna importante contra a condição de subalternidade da mulher, por isso, na perspectiva feminista é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres. E entre as condições prévias para acontecer o empoderamento estão os espaços públicos, democráticos e participativos, assim como a organização das mulheres.

A partir desse debate, Scott (1995) considera a história das mulheres dentro da perspectiva da nova história, onde se destacam, principalmente no ponto de vista feminino, várias questões de acordo com a história vista de baixo, embora com ressalvas com relação essa teoria, porém utilizando nesse sentido o relato do cotidiano das pessoas que estão esquecidas na história no caso as mulheres quando relacionadas a história dos homens, pois estes sempre aparecem como categoria universal, ou seja, quando se fala de homem, se fala de mulheres. Portanto, a perspectiva da história vista de baixo se dá ao construir uma tessitura para aqueles que foram vencidos, ou melhor, ignorados na história ou tacitamente aceitos ou mencionadas rapidamente, conforme Sharpe (2011, p.41):

Essa perspectiva atraiu de imediato aqueles historiadores ansiosos por ampliar os limites de sua disciplina, abrir novas áreas de pesquisa e, acima de

tudo, explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história.

Abre-se nesse sentido possibilidades para a construção de narrativas que mostrem as mulheres como protagonistas a partir da teoria da história do tempo presente, haja vista que a ascensão das mulheres em várias vertentes da vida pública, bem como, a importância da vida privada e do cotidiano, ainda é recente. Isso não significa que em um passado distante elas não foram importantes ou não foram atuantes, mas depois da década de 60, até os dias atuais, as mulheres brasileiras vêm ganhando espaço e notoriedade, fazendo com que se possa contar com testemunho vivo, embora hajam muitas polêmicas em torno da reconstrução histórica a partir da oralidade, com isso se pode ressaltar o que Thompson, citado por Prins (2011) afirma quando ao considerar somente as fontes escritas como legítimas, se estará construindo uma história vista de cima, pois as letras nem sempre são um instrumento dos que estão de baixo, mas isso não significa que não possuam história. Destarte as fontes orais se tornam um método de profundo valor para a história social moderna, conforme se afirma abaixo:

Paul Thompson, figura proeminente no movimento da história oral (uma autodescrição que já possui um halo evangelista), que defende o valor das fontes orais na história social moderna, como proporcionando presença histórica àquelas, cujos pontos de vista e valores são descartados pela história vista de cima, escreveu iradamente em seu manifesto, *The Voice of the past* [...].

Na reconstrução da história do presente além de documentos e a imprensa em seus vários segmentos se tornam importantes os relatos orais a história de vida dos sujeitos, como memória, onde a individual está na encruzilhada com a coletiva, segundo Halbwachs (2003), portanto a história de uma pessoa fará lembrar a do coletivo, pois isso se dá através de uma teia de relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as pessoas torturadas pela Ditadura Militar estavam homens e mulheres, entretanto, percebe-se que há uma evidência maior para os homens nesse âmbito na luta política contra a Ditadura Militar, nesse sentido é importante pormenorizar a história e contá-la a partir dessas mulheres, visto que se percebe que elas acabaram sendo colocadas como coadjuvantes em detrimento do protagonismo masculino de luta, com

isso, assumir uma nova forma de contar essa história deixando explícito a participação delas na luta contra a Ditadura Militar, pelos Direitos Humanos e por uma sociedade democrática.

Contar a história a partir da história de vida de alguém é tentar se aproximar de uma verdade histórica de quem pensou, organizou, se dedicou e sofreu em função de algum ideal, gerando novas ações sociais, pois para Weber (1999) são ações orientadas pelo comportamento de outros, que podem ser determinadas por: modo racional, referente a valores, afetividade ou afins e muitas pessoas quando desenvolvem suas ações ganham destaque em algum ponto da vida cotidiana trazendo benefícios para a vida de outros, pois pensam no coletivo. Portanto a memória delas deve ser preservada, pois serve de motivações para outras gerações, daí a importância fundamental para a construção de biografias.

BIBLIOGRAFIA.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (orgs). **Usos e abusos da História Oral**. 8 Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

BORGES, Vavy Pacheco. **Grandezas e misérias da biografia**. In PINSKY, Carla(orgs). **Fontes Históricas**. São Paulo, SP: Contexto,2015.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos**. 5. ed. SP. Cia das Letras. 1998.

BURKER, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

COSTA, Célia. NUNES, Itamar. **Direitos Humanos, universidade e movimentos sociais: uma articulação possível**, 2016. Disponível em <www.andhep.org.br>. Acesso em 01 de outubro de 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

LEVI, Giovani. **Usos da Biografia**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (orgs). **Usos e abusos da História Oral**. 8 Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

LISBOA, Teresa Kleba. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. In **Fazendo Gênero – Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/Teresa_Kleba_Lisboa_11.pdf>. Acesso em: 31 de julho 2017.

NETO, Beatriz Guimarães. **História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica.** In DELGADO, Lucília, FERREIRA, Marieta. História do tempo presente. Editora FGV, 2012.

PENNA, Fernando; DA SILVA, Renata. **As operações que tornam a história pública no Brasil: Sentidos e Itinerários.** Editora letra e Voz, 2016.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo, editora contexto, 2012.

PINHEIRO, Raimundo Amilson de Sousa. **Em nome dos direitos humanos: história, movimentos sociais e democracia no Pará (1975-1985).** Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém-PA, 315 f. 2019.

PINTO, Célia Regina Jardim. **O Feminismo no Brasil: Suas múltiplas faces.** In Estudos Feministas, V. 2, n. 12, 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23971.pdf>>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** São Paulo: Saraiva, 2006.

PRINS, Gwyn. História Oral. In BURKER, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 165-202.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história.** In Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.)- **Masculino, feminino, plural.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RESISTÊNCIA, “**O inferno de Izabel**”. Belém-PA: março, ano IV, Nº 22, 1981. p 7-8.

RICOEUR, Paul. **Memória Pessoal, Memória Coletiva. In: A memória, a história, o esquecimento.** Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** In: Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: <<http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>>. Acesso em 02 de maio de 2017.

SHARPE, Jim. **A história vista de baixo.** In BURKER, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 39-64.

SILVA, A. C. T. **As origens do movimento ecumênico na Amazônia paraense.** 2005. 186 f. Dissertação (Mestrado em Teologia). Escola Superior de Teologia. EST: Porto Alegre, RGS, 2005.

TAVARES, Flávio. **1964: O GOLPE.** Porto Alegre, RS, Editora L&PM, 2014.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** São Paulo, SP: Editora Universidade de Brasília, 1999.